



**CENTRO DE APOIO AOS POLICIAIS
E BOMBEIROS MILITARES**

81.3242-0939/98698-0886 – contato@jurispm.com.br
www.jurispm.com.br

**MODELO DE RECURSO ADMINISTRATIVO DE
RECONSIDERAÇÃO DE ATO**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR COMANDANTE DO ____ BATALHÃO

Assunto: **RECONSIDERAÇÃO DE ATO**

Nome completo: _____,
graduação/posto: _____, matrícula _____, portador do
RG nº _____ Órgão Expedidor _____ e do CPF nº
_____, servindo atualmente no _____, vem
respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, interpor Reconsideração
de Ato, em face da decisão que puniu o autor nos termos do art. ____ do
Código Disciplinar.

Senhor Comandante, a r. decisão impugnada em que
puniu o requerente merece ser reformada, pelos seguintes motivos de
fatos e de direitos:

Em primeiro lugar, cabe destacar que existiu uma
interpretação divergente do fato, pois o requerente não faltou ao serviço
[...]. Na realidade o comunicado passou mal e necessitou ser atendido na
emergência hospitalar, nos termos do atendimento e atestado que junta
em anexo).

É notório, ainda, que tal ato não configura
transgressão disciplinar, pois este policial, antes que tipificasse

Além disso, se o militar não estiver imbuído da
vontade livre e consciente de descumprir a missão, não haverá a prática
transgressão, no presente caso, o comunicado ...

ou



CENTRO DE APOIO AOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES

81.3242-0939/98698-0886 – contato@jurispm.com.br
www.jurispm.com.br

Cabe destacar ainda a ausência do elemento doloso que é a comprovação da vontade explícita, livre e consciente de praticar transgressão disciplinar

Ademais, o recorrente se dispõe a prestar serviços extras com o fim de reparar o prejuízo ocasionado.

Além de tudo, o requerente é profissional comprometido, dedicado, disciplinado, comprometido com os resultados, princípios e valores instituídos pela corporação, pautando sempre suas ações pela legalidade e pela ética.

É importante destacar ainda, a presença das circunstâncias atenuantes em favor da recorrente, nos termos do art. 24, I, II e IV, CDME, como a constatação de bons antecedentes; a relevância de serviços prestados; a influência de fatores diversos, devidamente comprovados e justificados.

Diante do exposto, requer:

a) Que Vossa Senhoria reexamine sua decisão e reconsidere seu ato com consequente arquivamento do presente procedimento administrativo.

b) Caso esse não seja entendimento de Vossa Senhoria, requer que seja aplicada advertência ao requerente nos termos do art. 28, § 3, CDME, com orientação verbal, haja vista, a presença dos requisitos: como primeira penalidade aplicada ao transgressor ou quando os antecedentes deste assim o recomendarem.

Nestes termos, pede deferimento.



**CENTRO DE APOIO AOS POLICIAIS
E BOMBEIROS MILITARES**

81.3242-0939/98698-0886 – contato@jurispm.com.br
www.jurispm.com.br

_____, ____ de _____ de _____
Local data

Dr. TIAGO REIS
OAB/PE